

Sumário

<i>Prefácio</i> — Fábio Konder Comparato	15
<i>Nota à 5ª edição</i>	19
<i>Nota à 4ª edição</i>	23
<i>Nota à 3ª edição</i>	25
<i>Nota à 2ª edição</i>	29
<i>Nota à 1ª edição</i>	35

PARTE I

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO

Capítulo 1

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: gênese e principiologia	41
2. O Estado brasileiro em face do sistema internacional de proteção dos direitos humanos	50
3. A incorporação dos tratados internacionais de proteção de direitos humanos pelo direito brasileiro	52
4. O impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira	64
5. Considerações finais	71

Capítulo 2

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

1. O movimento de internacionalização dos direitos humanos	72
2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o seu impacto no direito brasileiro	76

3. A redefinição da cidadania no Brasil	81
---	----

Capítulo 3

BRASIL E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	82
2. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: origem, perfil e objetivos	82
3. Impacto do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos na experiência latino-americana	87
4. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: desafios e perspectivas	101

PARTE II

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo 4

O VALOR JURÍDICO DOS TRATADOS E SEU IMPACTO NA ORDEM INTERNACIONAL

1. Introdução	111
2. O valor jurídico dos tratados internacionais	111
2.1. O conceito de tratados	111
2.2. O processo de formação dos tratados	113
2.3. Os tratados internacionais na Constituição brasileira de 1988: o processo de formação dos tratados, a sistemática de incorporação e a hierarquia	115
3. Impacto jurídico dos tratados na ordem internacional	118

Capítulo 5

PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: DESAFIOS DOS SISTEMAS GLOBAL, REGIONAL E SUL-AMERICANO

1. Introdução	123
2. A afirmação histórica dos direitos humanos e os direitos sociais	123
3. A proteção dos direitos sociais no sistema global.....	128

4. A proteção dos direitos sociais no sistema regional interamericano	139
5. A proteção dos direitos sociais no âmbito sul-americano: desafios do <i>ius commune</i>	145

Capítulo 6
DIREITO AO DESENVOLVIMENTO:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

1. Introdução	156
2. A construção dos direitos humanos e o direito ao desenvolvimento	156
3. Direito ao desenvolvimento: desafios e perspectivas	163

Capítulo 7
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS
HUMANOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Introdução	173
2. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos	173
3. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos e propriedade intelectual	178
4. Direitos humanos e propriedade intelectual: desafios e perspectivas	193

Capítulo 8
O DIREITO DE ASILO E A PROTEÇÃO
INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

1. Introdução	196
2. O art. 14 da Declaração Universal de 1948: o direito de asilo	197
3. O direito de asilo e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados	198
4. A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e a concepção contemporânea de direitos humanos	203
5. A proteção internacional dos direitos humanos dos refugiados ..	206
6. A responsabilidade do Estado na concessão de asilo	210
7. As diferenças entre o instituto internacional do refúgio e o instituto latino-americano do asilo	213
8. Conclusões	216

Capítulo 9

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO BRASILEIRO

Flávia Piovesan e Daniela Ribeiro Ikawa

1. Introdução	220
2. Precedentes históricos	221
3. Estrutura e jurisdição do Tribunal Penal Internacional	226
4. A relação entre o Tribunal Penal Internacional e os Estados-partes: os princípios da complementaridade e da cooperação	230
5. A relação entre o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas	238
6. O Estatuto de Roma e a Constituição brasileira de 1988	242
6.1. Prisão perpétua	243
6.2. Imunidades	247
6.3. Entrega de nacionais	251
6.4. Reserva legal	252
7. Conclusão	253

PARTE III

DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE

Capítulo 10

IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À IGUALDADE

Flávia Piovesan, Luciana Piovesan e Priscila Kei Sato

1. Introdução	259
2. O combate a todas as formas de discriminação	263
3. A promoção da igualdade	265
4. Conclusões	268

Capítulo 11

AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1. Introdução	270
2. Direito à igualdade e direito à diferença: sistema especial de proteção dos direitos humanos	270
3. Direito brasileiro e ações afirmativas	276

4. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas	279
---	-----

Capítulo 12

OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER NA ORDEM INTERNACIONAL

1. Introdução	283
2. O processo de especificação do sujeito de direito	283
3. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	284
4. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará")	290
5. Conclusão	294

Capítulo 13

LITIGÂNCIA INTERNACIONAL E AVANÇOS LOCAIS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A LEI "MARIA DA PENHA"

1. Introdução	296
2. Processo de democratização, movimento de mulheres e a Constituição brasileira de 1988	297
3. Agenda feminista na consolidação democrática: direitos humanos das mulheres e reinvenção do marco normativo no pós-1988	301
4. Violência contra a mulher e o caso Maria da Penha	304
5. Litigância internacional e avanços locais: a Lei "Maria da Penha"	309
6. Conclusão	313

Capítulo 14

INTEGRANDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA DOUTRINA JURÍDICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1. Introdução	317
2. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: obstáculos e desafios	318
2.1. Os anacronismos da ordem jurídica brasileira e a urgência de seu saneamento	318
2.2. O perfil conservador dos agentes jurídicos e a urgência de mudanças no ensino jurídico	320

3. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: possibilidades e perspectivas	321
3.1. A necessidade de criar uma doutrina jurídica sob a perspectiva de gênero	321
3.2. O estudo do impacto dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher na ordem jurídica nacional	324
3.3. Estratégias para a advocacia dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher	325
4. A urgência da mudança de paradigmas	327

Capítulo 15

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS NO DIREITO INTERNACIONAL E NO DIREITO INTERNO

Flávia Piovesan e Wilson Ricardo Buquetti Pirotta

1. Introdução	328
2. Delineamentos conceituais dos direitos reprodutivos e sua proteção na ordem internacional	328
3. Os direitos reprodutivos e o direito brasileiro	336
3.1. Os direitos reprodutivos e a Constituição brasileira de 1988	337
3.2. Os direitos reprodutivos e o Código Civil	343
3.3. Os direitos reprodutivos e o Código Penal	345
3.4. Os direitos reprodutivos e o Estatuto da Criança e do Adolescente	350
3.5. Os direitos reprodutivos e a Consolidação das Leis Trabalhistas	352
4. Conclusões	355

Capítulo 16

OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO DIREITO INTERNACIONAL E NO DIREITO INTERNO

Flávia Piovesan e Wilson Ricardo Buquetti Pirotta

1. Introdução	359
2. A proteção internacional dos direitos das crianças e dos adolescentes	360
3. A proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no direito brasileiro	363
3.1. Os principais direitos humanos garantidos às crianças e aos adolescentes pela legislação brasileira	364

3.1.1. Dos direitos à vida e à saúde	365
3.1.2. Dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade	368
3.1.3. Do direito à convivência familiar e comunitária	369
3.1.4. Dos direitos à educação, à cultura, ao esporte e ao la- zer	370
3.1.5. Dos direitos à profissionalização e à proteção no tra- balho	371
4. Considerações finais	373

Capítulo 17

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

**Flávia Plovesan, Beatriz Pereira da Silva e
Heloisa Borges Pedrosa Campoli**

1. Introdução	375
2. A proteção dos direitos das pessoas com deficiência nas Cons- tituições brasileiras	375
3. A proteção internacional dos direitos das pessoas com deficiên- cia	378
4. O Poder Legislativo e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência	382
5. O Poder Executivo e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência	383
6. O Poder Judiciário e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência	384
7. O acesso à justiça e as pessoas com deficiência	390
8. Conclusão	394

PARTE IV

DIREITOS HUMANOS, ESTADO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Capítulo 18

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

1. Introdução	397
---------------------	-----

2. Delineando o perfil constitucional do Estado brasileiro	397
3. Desvendando os contornos jurídicos da cidadania	404
3.1. A concepção contemporânea de cidadania	404
3.2. A Constituição brasileira de 1988 e a concepção contemporânea de cidadania	406
4. A responsabilidade do Estado no processo de consolidação da cidadania	408
5. A política nacional de proteção dos direitos humanos	411
6. Conclusões	415

Capítulo 19

A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Flávia Piovesan e Renato Stanzola Vieira

1. Introdução	418
2. O panorama atual do Direito Constitucional brasileiro	419
3. Os princípios e sua relação com o Direito	422
4. A evolução da tratativa dos princípios jurídicos	425
5. A atual hermenêutica constitucional: a concretização	433
6. Os princípios, os valores e as regras	437
7. O princípio constitucional fundamental da dignidade da pessoa humana	443
8. Conclusões	446

Capítulo 20

A LITIGÂNCIA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO USO DOS SISTEMAS NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

1. Introdução	450
2. A crescente incorporação da gramática dos direitos humanos no contexto da democratização brasileira	451
3. A litigância de interesse público na defesa dos direitos humanos perante as Cortes Nacionais	457
4. A litigância de interesse público na defesa dos direitos humanos perante as instâncias internacionais	470
5. Conclusões	474

Capítulo 21

LEIS DE ANISTIA, DIREITO À VERDADE E À JUSTIÇA: IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO E PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO

1. Introdução	478
2. Impacto do sistema interamericano no processo de justiça de transição no contexto sul-americano	478
3. Proteção dos direitos à justiça e à verdade no marco da justiça de transição no contexto sul-americano	485
3.1. Argentina	486
3.2. Brasil	487
4. Desafios e perspectivas da justiça de transição no contexto sul- americano.....	491
<i>Referências</i>	493